

"Trabalho preparado para apresentação no VII Congresso Latino Americano de Ciência Política, organizada pela ALACIP."

Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: notas de pesquisa

Rafael Machado Madeira (PUC/RS)
rafaelmachadomadeira@gmail.com

Area: História de la Ciencia Política en América Latina

1. Caracterização do tema

Em relatório da avaliação realizada sobre a Pós-Graduação brasileira na 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), tem-se que:

‘Indiscutivelmente, a pós-graduação é o componente mais bem-sucedido dentro do sistema educacional brasileiro. Ela é um sucesso nacional e é, inclusive, copiada internacionalmente, em função da seriedade com que foi implantada e é continuamente avaliada’, destacou Manoel Odorico de Moraes Filho. Ele disse que os planos anteriores ao novo PNPG, levados a cabo entre 1975 e 1989, foram essenciais nesse processo bem-sucedido de consolidação do sistema nacional de pós-graduação. ‘O primeiro PNPG (1975-1980) visou capacitar os docentes das universidades brasileiras; o segundo (1980-1985) concentrou-se no desempenho do sistema — como avaliá-lo, como implantar novos cursos e ter certeza do seu sucesso — e o terceiro (1986-1989) primou pelo desenvolvimento da pesquisa nas universidades brasileiras’, detalhou o farmacologista. Segundo ele, o atual PNPG pretende enfatizar os desequilíbrios regionais e a flexibilização do sistema, através de ações indutivas, visando dar conta das novas realidades e demandas. (SBPC, 2005, p. 32).

Este planejamento, combinado com a criação de avaliações realizadas por pares (MARTINS, 2005), nos ajudam a entender por que a pós-graduação brasileira é referência de ponta na América Latina, diferentemente do que ocorre com a nossa graduação. *“Diferentemente da graduação [...] criou-se no interior da pós-graduação, desde a metade da década de 70, um sistema nacional de avaliação dos programas, realizados pelos pares, que, sem dúvida, transformou-se num dos mecanismos responsáveis pelo seu êxito acadêmico”* (MARTINS, 2005 p. 26).

Atualmente, a pós-graduação como um todo se encontra (ou continua) em processo de franca expansão no Brasil. Tal crescimento decorre, entre outros fatores, de investimentos significativos realizados em aspectos como: a abertura de vagas docentes e discentes nas universidades públicas (REUNI), o estímulo à ocupação de vagas nas universidades privadas (PROUNI), o estímulo à qualificação docente e discente via aumento da oferta de bolsas de iniciação científica, mestrado e de doutorado (além de bolsas sanduíche, recém-doutor, produtividade, etc.). Tal cenário abre boas perspectivas no curto e médio prazo para a consolidação da pós-graduação brasileira como um todo.

Por outro lado, é razoável supor que estas iniciativas não têm o mesmo impacto em todas as áreas dado, por exemplo, que as mesmas se encontram em estágios diferenciados de desenvolvimento. O impacto destas políticas na área de Ciência Política e Relações Internacionais, por exemplo, pode ser identificado no aumento significativo da oferta de vagas tanto para cursos de mestrado, quanto para cursos de doutorado. Crescimento este que foi bem maior que a expansão do Sistema de Pós-Graduação como um todo no país.

Entre 2005 e 2011, a área de Ciência Política e Relações Internacionais consolidou tendência em duas direções: (a) uma expansão significativa no número de Mestrados e Doutorados; e, (b) um reforço na qualificação dos Programas, medida pelo aumento na produção científica internacional e de qualidade, nas teses de doutorado e, especialmente, na proporção de Programas de excelência em relação ao conjunto da área. Neste período, registrou-se um crescimento de 138% no número de Programas com Mestrado, variação ainda mais significativa quando leva-se em conta o crescimento de cursos de Doutorado na área (150%). Estes números situam-se bem acima da expansão registrada para o conjunto do Sistema de Pós-Graduação no país, que foi de, respectivamente 59,7% (M) e 63,9% (M/D). (CAPES, 2011, p.2).

Em comparação com as outras áreas das Ciências Sociais, tomando-se como critério a presença de Programas por estados da Federação, identifica-se que tal crescimento da Ciência Política e Relações Internacionais diminuiu a distância entre a mesma (12 estados) e áreas afins, como a Antropologia (13 estados) e a Sociologia (16 estados)¹. Outro fenômeno que passa a ser identificado nos últimos anos é o início de um processo de nacionalização da área, com a consolidação dos programas mais antigos e com o surgimento de novos programas, principalmente, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

A região Sudeste, embora tenha registrado ligeiro declínio em sua participação relativa referente a Programas com apenas Mestrado (48% em 2011, contra 54% em 2004), concentrou a expansão de cursos de Doutorado: dos 9 novos doutorados, 7 foram criados nesta região, elevando sua participação relativa para 67% de todos os Programas com doutoramento na área. A região Sul registrou expansão no número de Programas, passando de 3 em 2004 para 7 em 2011. Contudo, 3 destes Programas e os 2 únicos doutorados da região pertencem a uma única instituição (UFRGS). Variações foram ainda apresentadas no Distrito Federal, que ampliou de 2 para 4 os Programas com Mestrado e de 1 para 2 doutorados, e na região Nordeste, que criou 3 novos mestrados e reforçou seu único doutorado, na UFPE. Finalmente, deve-se destacar a criação do primeiro Programa de mestrado na região Norte, na UFPA. Em relação à presença por estados existente em 2004 (RS, SP, RJ, MG, DF, PE), foram criados Programas em SC, PR, PI, PB, BA e PA, tornando a área de CP & RI mais nacional e mais próxima da presença encontrada em relação às áreas disciplinares vizinhas. (CAPES, 2011, p.2-3).

Embora seja requisito fundamental para maior desenvolvimento da área no país, tal crescimento traz também grandes incertezas no que tange à trajetória dos novos programas no médio e longo prazo. Se atentarmos para o fato de que 16 dos 31 programas foram criados a partir de 2007 (CAPES, 2011), podemos mensurar o tamanho do desafio que a área enfrentará no futuro em termos da possibilidade de consolidação destes programas. Quais serão as estratégias utilizadas por cada programa para firmar sua atuação?

Tal desafio nos remete à questão da qualidade da produção acadêmica (docente e discente) dos programas. Pelo menos no agregado, os critérios utilizados para mensurar tal qualidade ilustram um contexto bastante promissor uma vez que entre os discentes se evidencia um aumento consistente da sua presença em revistas indexadas e em congressos relevantes da área e entre os docentes, identifica-se um aumento significativo de publicação em livros e em revistas de ponta.

¹ De acordo com este relatório os dados eram respectivamente seis, nove e dezessete estados em 2004.

Paralelo à expansão da área, verificou-se nos últimos dois triênios uma significativa consolidação nos indicadores de consistência acadêmica, comprovando que crescimento e qualidade não são mutuamente excludentes. Um dos indicadores que melhor permitem dimensionar a qualificação da área é a produção docente qualificada. O número de artigos então classificados como “internacional A” havia registrado um forte crescimento de 9,5 vezes no triênio 2004/06, saltando de 08 para 77 trabalhos no período. Em 2007/09 observou-se uma continuidade no crescimento na produção de qualidade, expressa nos níveis Qualis A1, A2 e B1. A área publicou, no triênio anterior, 94 artigos A1, 122 artigos A2 e 119 artigos B1, perfazendo um total de 335 artigos de alta qualidade, além de 208 livros e 1032 capítulos de livros. Considerando o conjunto da produção de qualidade artigos/livros/capítulos, a área registrou uma produção *per capita* de 2,79 peças por docente. Se compararmos apenas as produções A1 e A2 com a chamada “internacional A” dos triênios 2001/03 e 2004/06, pode-se notar forte crescimento desta produção [...]. (CAPES, 2011, p.4-5).

Outros dois critérios levados em consideração para mensurar a atuação e estabelecer metas de produtividade (neste caso dos programas que possuem o curso de doutorado) são: a relação docente/tese defendida e a relação dissertação/tese defendida.

Uma meta de desempenho para o conjunto da área deve projetar uma relação de 2,2 dissertações/teses e 1 tese por docente permanente. Espera-se que Programas de excelência, com doutorado consolidado fiquem abaixo de 2 dissertações/tese e alcancem uma relação tese/docente permanente superior a 1,5. (CAPES, 2011, p. 10).

A continuidade destas análises e o acúmulo destas informações são cruciais para mensurar o tipo e o ritmo de crescimento dos diferentes programas. A busca por compreender como e para onde estamos crescendo é fundamental se quisermos pensar a Ciência Política enquanto área em âmbito nacional. E os dados até então acumulados representam suporte significativo para qualquer ação de monitoramento e planejamento. Contudo, embora sejam elementos fundamentais para se mensurar o perfil, a atuação e a inserção dos membros dos diferentes programas em âmbito regional, nacional e internacional, indicadores como a qualidade dos periódicos e dos congressos frequentados, a média de tempo de conclusão de dissertações e teses, a relação dissertação/tese e tese e/ou dissertação por docente permanente, etc não nos dizem muita coisa acerca do quê nossos discentes estão efetivamente produzindo em suas dissertações e teses (e como eles a estão produzindo) seja nos programas consolidados, seja nos de formação recente. Além disso, os resultados da área não levam em consideração a produção em Ciência Política de discentes e docentes vinculados a Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (formalmente vinculados à área de Sociologia). Para a elaboração deste trabalho (e como aqui se pretende analisar a produção da Ciência Política enquanto disciplina e não enquanto área), argumenta-se que é fundamental a inclusão deste universo à análise.

Partindo deste contexto, questiona-se: o crescimento da disciplina deve ser direcionado no mesmo sentido, ou cada programa deve buscar construir seu próprio caminho? Quais são os temas de interesse de cada programa? Os diferentes programas devem buscar especialização em

diferentes temas? Estas questões nos dão o contexto mais geral em que a presente pesquisa se insere, contribuindo para um maior conhecimento acerca da Ciência Política brasileira e pensando a mesma enquanto disciplina em âmbito nacional.

Com relação a estas questões, parte-se aqui das mesmas premissas de ARAÚJO e REIS (2005) que afirmam:

Longe de nós pensar que os programas de pós-graduação em Ciência Política venham a oferecer formações igualmente robustas para todos estes grandes campos. Cremos que uma boa estrutura nacional de pós-graduação deveria, quase ao contrário, oferecer uma diversidade de propostas, tendo programas que se complementassem uns aos outros, esses priorizando certas áreas de pesquisa (a formação respectiva), aqueles priorizando outras. Garantida a formação básica essencial, que dê o senso de unidade do conjunto, o melhor mesmo é que os programas procurem para si [...] aqueles campos pelos quais pretendem ver-se reconhecidos como *experts* e excelentes. (ARAÚJO e REIS, 2005, p. 54)

A questão que permanece aberta é saber qual é a distância que estamos de uma configuração como a exposta acima.

2. Problema de pesquisa.

Retomando a questão do quadro geral da pós-graduação em Ciência Política, SOARES (2005) parte de avaliação discordante em relação ao que foi até então identificado e desenha um quadro bem mais sombrio acerca da formação e qualificação de nossos mestres e doutores. Ao salientar a precariedade da formação metodológica de nossos programas, o autor afirma:

Para mudar o curso da Ciência Política no país, tornando-a mais útil, mais influente e mais respeitada, é necessário melhorar – e muito – o nível das nossas pós-graduações e reciclar muitos professores, transformando-os em pesquisadores também. Não é tarefa fácil porque as resistências são profundas. O trabalho típico encontrado nas revistas brasileiras não é quantitativo, não é qualitativo, não é quali-quantitativo, é um ensaio. (SOARES, 2005, p. 84).

Partindo deste contexto mais amplo, este trabalho pretende contribuir para o aumento do nosso conhecimento sobre a disciplina a partir do cotejamento de um conjunto de questões complementar aos dados apresentados na seção anterior e que permita a nossa inserção neste debate acerca da avaliação da disciplina em âmbito nacional a partir de parâmetros complementares aos utilizados na avaliação da CAPES.

Procura-se aqui problematizar a forma como se estrutura a produção de conhecimento na base da disciplina, pelos estudantes de mestrado e doutorado e a partir da interação entre os mesmos e seus respectivos orientadores. Os pontos que se pretende problematizar são, por exemplo: 1)

quem são os nossos discentes (de onde vêm e para onde vão); 2) quais são os temas de seus trabalhos; 3) quais são as referências por eles utilizadas (“clássicos” / “contemporâneos” – bibliografia nacional / bibliografia internacional); 4) quem são seus orientadores (trajetória acadêmica e interesses de pesquisa); 5) quem são os membros de suas respectivas bancas (identificação de redes interinstitucionais)?

A análise tanto de programas centrais, quanto de programas de formação mais recente (vinculados tanto à área de Ciência Política, quanto à área de Ciências Sociais) permitirá o cotejamento de outra série de questões. O início do processo de “nacionalização” da disciplina (mensurado até aqui a partir de sua abrangência geográfica) traz consigo a uniformização das agendas de pesquisa dos diferentes programas? Dito com outras palavras: é possível identificar a formação de uma “pauta nacional” na agenda de pesquisas da disciplina²? Em caso afirmativo, quais seriam as causas deste fenômeno? Seria a influência que os centros mais consolidados, que formam os docentes recrutados para atuar nos programas recém-criados?

De fato, não obstante a diversidade existente, pode-se identificar uma tendência de relativa padronização desses programas – decorrência natural da institucionalização acadêmica da disciplina no país ao longo das últimas quatro décadas, intensificada pelo sistema de avaliação institucional e pela constituição e fortalecimento de associações profissionais e de pesquisa. Apesar desta relativa convergência, porém, é preciso reconhecer que a montagem de um curso de pós-graduação em Ciência Política enfrenta desafios muito peculiares, que decorrem da definição mesma de seu objeto, mais que das controvérsias que povoam a paisagem da disciplina [...] (ARAÚJO e REIS, 2005 p. 45).

Como se vê no texto acima, é possível encontrar respostas plausíveis para estas questões. Mas o que se quer aqui é buscar estas respostas a partir da análise sistemática do conjunto do que se está produzindo em nossos programas.

Paralelo a estas questões, a inclusão de dados sobre docentes e discentes de alguns Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais que tenham ênfase em Ciência Política nos permitirá comparar se existem diferenças significativas entre tais programas. Lembra-se aqui que os dados apresentados na seção anterior se referem somente aos docentes e discentes filiados a programas específicos de Ciência Política e não incluem o conjunto de docentes e discentes que atuam na disciplina, mas que estão formalmente vinculados à área de Sociologia. Para além da diferença formal, o perfil docente e discente e as teses e dissertações produzidas em tais programas diferem em algo do contexto específico da área?

3. Justificativa.

² Para análise exaustiva sobre a padronização dos conteúdos (temas, autores, etc.) ensinados através dos manuais utilizados no ensino de graduação em Ciência Política na França, ver FAVRE et LEGRAVE (1998).

No início deste trabalho, salientou-se a importância e o impacto que determinadas políticas públicas tiveram (e estão tendo) no crescimento do Sistema de Pós-Graduação como um todo e na Ciência Política, em particular, no Brasil. Entende-se aqui que a possibilidade de consolidação desta expansão no médio e longo prazo pressupõe a implementação de novas iniciativas que permitam o monitoramento e ajuste constantes em cada área. Quanto maior for o conhecimento sobre as características e estágios de desenvolvimento de cada programa em particular, bem como da disciplina como um todo, maiores serão as chances de diagnósticos mais precisos e da busca de soluções mais eficazes para eventuais problemas/dificuldades. Destarte, uma das razões que atestam a relevância desta pesquisa é a de que o mapeamento das principais características da disciplina representa esforço fundamental para potencializar este processo (ainda incipiente) de consolidação dos nossos programas de pós-graduação.

Uma das principais inquietações que motivam esta pesquisa é a confluência de dois fenômenos: O perfil amplamente acadêmico do ensino de pós-graduação na disciplina e a capacidade do sistema de graduação e pós-graduação de continuar absorvendo esta mão de obra. Como se constata na citação a seguir, parte do crescimento do sistema de pós-graduação nos anos 1990 se deu em função do aumento da demanda das universidades públicas e privadas por mestres e doutores para a adequação ao artigo 52 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB).

[...] para atender a nova legislação essas instituições particulares passaram a criar cursos de pós-graduação, tanto assim que, em 1994, elas eram responsáveis por 94 cursos de mestrado e 44 de doutorado e, em 2003, respondiam pela cifra de 271 mestrados e 89 doutorados. Na medida que a LDB determinava também que pelo menos um terço do corpo docente das universidades deveria possuir a titulação de mestre ou doutor, ela contribuiu também para atrair uma numerosa clientela para realização de estudos de pós-graduação. (MARTINS, 2005, p. 22).

Tal aspecto, gerou uma significativa demanda por pós-graduados para atuar na docência universitária. Se tal processo não mantiver o mesmo ritmo dos últimos 15 anos, como irão se inserir no mercado de trabalho nossos egressos? Esta questão é crucial quando se pensa no tipo de formação que estamos dando aos nossos discentes (DURHAM, 2005 e SOARES, 2005).

Por outro lado, MARTINS (2005) traça um quadro bastante positivo da pós-graduação brasileira, destacando aspectos como o amplo campo ainda aberto para o desenvolvimento da pós-graduação que é representado pelo ainda baixo percentual de docentes com titulação (apenas 35% de mestres e 21% de doutores, em 2005). Aqui cabe a pergunta: qual parcela dos docentes não titulados estão entre os discentes dos nossos Programas?

Para além deste ponto, esta pesquisa complementarará com importantes subsídios o levantamento de dados coletados e examinados pelas Coordenações das áreas de Ciência Política e Relações Internacionais e de Sociologia da CAPES.

4. Objetivos.

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para uma maior compreensão da constituição da Ciência Política brasileira enquanto disciplina, através do mapeamento da trajetória e do perfil de alunos e professores dos diferentes programas, bem como dos temas concretos de pesquisa que encontramos nos trabalhos (dissertações e teses) defendidos. Desta forma, pretende-se aqui mapear quem são os docentes que compõem os programas de pós-graduação; quais são seus interesses de pesquisa; quem são, de onde vêm e para onde vão os nossos alunos de mestrado e doutorado.

Dito com outras palavras, este trabalho tem como principal ambição levantar dados para visualizarmos as dissertações e teses “em carne viva”. Para que possamos examinar tais textos “em suas entranhas” e para que possamos ter um diagnóstico mais apurado sobre os desafios, avanços e limitações dos textos efetivamente produzidos pelos nossos discentes, que são, afinal de contas, a matéria prima de onde saem boa parte dos artigos apresentados em congressos e publicados em periódicos.

5. Metodologia e análise dos dados.

A tabela abaixo apresenta o total dos Programas em Ciência Política e em Ciências Sociais. Como o objetivo aqui é mapear a produção em Ciência Política, os programas de Relações Internacionais não serão avaliados e serão incluídos na análise dados sobre textos e perfis de docentes e discentes dos programas de Ciências Sociais que atuam na Ciência Política e que, portanto, não foram incluídos nos relatórios de área analisados anteriormente. A partir da leitura desta tabela, identifica-se que parte significativa da produção da disciplina seria deixada de fora da análise caso a mesma não incorporasse dados referentes a estes docentes e discentes que atuam nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais.

Tabela 1 – Programas das áreas de CP das duas áreas (CP/RI e S) e suas respectivas notas (CAPES)

Universidade/região	Nota (2007-2009)
UFRGS / Sul (CP)	6
UFPR / Sul (CP)	3
PUCRS / Sul (S)	4
UEL / Sul (S)	3
UEM / Sul (S)	3
UFSM / Sul (S)	3
UFPEL / Sul (S)	3
UNISINOS / Sul (S)	4
UFSC / Sul (S)	5
USP / Sudeste (CP)	7
UNICAMP / Sudeste (CP)	5
IUPERJ/UCAM / Sudeste (CP)	7
UNESP/UNICAMPI/PUCSP / Sudeste (CP)	5
UFRJ/EPI / Sudeste (CP)	5
UFF / Sudeste (CP)	4
UFMG / Sudeste (S)	6
CEBELA / Sudeste (CP)	3
UFSCAR / Sudeste (CP)	4
UFES / Sudeste (S)	3
PUCMG / Sudeste (S)	4
PUCRIO / Sudeste (S)	4
UENF / Sudeste (S)	4
UFJF / Sudeste (S)	4
UNESP-Marília / Sudeste (S)	4
PUCSP / Sudeste (S)	5
UERJ / Sudeste (S)	5

UNB / Centro-Oeste (CP)	5
UNIEURO / Centro-Oeste (CP)	3
UFPE / Nordeste (CP)	5
FUPI / Nordeste (CP)	3
UFMA / Nordeste (S)	4
FUFSE / Nordeste (S)	4
UFMG / Nordeste (S)	4
UFRN / Nordeste (S)	4
UFBA / Nordeste (S)	5
UFPA / Norte (CP)	3

Fontes: CAPES, 2012a; e CAPES, 2010b.

A distribuição geográfica dos 36 programas presentes na tabela acima se dá da seguinte forma: 9 PPGs no sul, 17 no sudeste, 2 no centro-oeste, 7 no nordeste e 1 na região norte. Tomando como referência o triênio 2010-2012, a distribuição dos mesmos a partir de suas respectivas notas na CAPES é a seguinte: 2 PPGs com nota 7, 2 com nota 6, 8 com nota 5, 13 com nota 4 e 10 PPGs com nota 3. Chama-se atenção do leitor para o fato que a área que atribui a nota é diferente para PPGs em CP e em CS.

Adotou-se aqui a estratégia de escolher o ano de 2011 como recorte temporal inicial para definição do montante de textos a serem analisados. A crescente produção na área torna imprescindível a delimitação de tal recorte dado o grande número de textos produzidos. Tal escolha (dissertações e teses defendidas em 2011) se justifica pela maior probabilidade de inclusão na análise de novos programas de mestrado e doutorado e também pela maior disponibilidade nos repositórios das universidades das teses e dissertações defendidas.

Como salientado nos objetivos, o número de trabalhos analisados torna inviável a leitura e uma análise qualitativa dos mesmos. Como consequência, estamos extraindo dos textos (e currículos) dados que possam ser tabulados e analisados em nosso banco de dados (SPSS). A seguir, tem-se a relação das principais variáveis que compõem nosso banco de dados.

- 1) Nome do aluno (identificação);
- 2) Orientador (permite identificar perfis de orientandos de cada docente);
- 3) Programa: CP ou CS (permite comparar qualquer variável a partir desta clivagem);
- 4) Nota do programa (permite comparar qualquer variável a partir desta clivagem);

- 5) Universidade do Programa (permite traçar perfil por programa);
- 6) Estado do programa (permite comparação dentro de (e entre) diferentes estados/regiões);
- 7) Universidade de graduação do aluno (permite identificar de onde cada programa recruta seus discentes, mensurando o grau de atração e de mobilidade – local, estadual, regional, ou nacional – dos estudantes);
- 8) Curso de Graduação do aluno (permite identificar qual é o perfil e quais são as áreas de origem dos discentes, bem como o peso relativo de cada uma delas);
- 9) Profissão do aluno (permite mensurar se nossos discentes estão mais voltados para o mercado, ou para a academia);
- 10) Texto (se é dissertação, ou tese);
- 11) Universidade de Doutorado do Orientador (permite identificar de onde nossos docentes são recrutados, qual a capacidade formadora de docentes dentre os programas mais consolidados, se existe mobilidade significativa, ou um padrão mais endógeno – estadual, por exemplo – no recrutamento de docentes);
- 12) Membro externo da banca (permite identificar e mapear redes de cooperação entre docentes);
- 13) Programa do membro externo (permite identificar se existe em cada caso um padrão de escolha do membro externo. Em caso afirmativo, tal padrão tende a privilegiar: os principais programas? Os programas do mesmo estado/região? O programa de origem do orientador?)
- 14) Número de páginas (permite mensurar tendência à diminuição dos textos produzidos – alguns programas, por exemplo, começam a adotar formato de artigo para dissertações);
- 15) Referências (permite classificar as referências utilizadas em três grupos: 1) até cinco anos; 2) referências publicadas entre 6 e 10 anos da defesa e 3) referências com 11 anos ou mais.
- 16) Idioma de referências utilizadas no corpo do texto: utilização de literatura em inglês, espanhol e/ou francês (permite mensurar o grau de internacionalização a partir do uso de referências em idioma estrangeiro);
- 17) Autores mais citados no corpo do texto 1 (permite identificar pesquisadores – e suas respectivas filiações institucionais – que se destacam enquanto referência em suas

respectivas áreas de atuação e permite também identificar o quanto as referências são as mesmas dos orientadores). Sobre a utilização deste indicador, ver Buquet, 2012;

- 18) Autores mais citados no corpo do texto 2 (permite identificar pesquisadores – e suas respectivas filiações institucionais – que se destacam enquanto referência em suas respectivas áreas de atuação e permite também identificar o quanto as referências são as mesmas dos orientadores). Para além deste ponto, este indicador serve, por exemplo, para mensurar o quanto estamos integrados à produção da área na América Latina, Europa, Ásia(?), África(?) e Estados Unidos e testar o que SOARES (2005) chama de “colonialismo teórico”, como sendo um dos graves problemas da Ciência Política brasileira;
- 19) Autores mais citados no corpo do texto 3 (permite identificar pesquisadores – e suas respectivas filiações institucionais – que se destacam enquanto referência em suas respectivas áreas de atuação e permite também identificar o quanto as referências são as mesmas dos orientadores);
- 20) Bolsa sanduíche (permite identificar trabalhos e discentes que tiveram esta experiência e seu impacto na comparação com os textos produzidos pelos alunos que não contaram com este auxílio). Além deste ponto, permite mensurar grau de internacionalização via estabelecimento de contatos e redes com pesquisadores estrangeiros;
- 21) País da bolsa sanduíche (permite mensurar até que ponto os vínculos dos orientandos definem opções de escolha de programas e pesquisadores para atuar na coorientação);
- 22) Bolsa CNPq e CAPES (permite mensurar percentual de bolsistas em relação ao total de alunos e verificar existência de diferença no padrão de trabalho realizado por bolsistas e não-bolsistas;

6. Resultados Preliminares.

Para a organização da atividade de inserção dos dados em nosso banco, tomou-se a universidade de origem do PPG como eixo principal. Cabe salientar que foram sistematizados os dados referentes a 13 PPGs. É sobre este conjunto ainda restrito de dados que se baseiam as considerações apresentadas a partir deste momento.

A primeira informação relevante diz respeito à identificação dos casos incorporados ao nosso banco até aqui. A partir da tabela abaixo, pode-se identificar não só a universidade de origem de cada PPG, mas o número de defesas que ocorreu em cada um destes programas no ano de 2011.

Tabela 2 – Casos incorporados à análise, por Universidade

Universidade do PPG	Casos	Percentual	Percentual Válido	Percentual acumulado
UFRGS	20	25,3	25,3	25,3
UFPR	19	24,1	24,1	49,4
PUCRS	4	5,1	5,1	54,4
UEM	3	3,8	3,8	58,2
UFSC	1	1,3	1,3	59,5
UFPEL	4	5,1	5,1	64,6
UNISINOS	3	3,8	3,8	68,4
UFF	3	3,8	3,8	72,2
UNESP_MARILIA	1	1,3	1,3	73,4
UNB	12	15,2	15,2	88,6
FUPI	5	6,3	6,3	94,9
UFMA	1	1,3	1,3	96,2
UFPA	3	3,8	3,8	100
Total	79	100	100	

Fonte: Banco de dados SPSS – elaboração própria.

A sobreposição entre as tabelas 1 e 2 demonstra de forma clara a sobre-representação dos PPGs da região sul e a sub-representação da região sudeste, dado que apenas a Universidade Federal Fluminense e a UNESP de Marília foram incluídas no banco. No que tange às universidades que não disponibilizam teses e dissertações em seus sítios, a estratégia empregada será a de enviar e-mail solicitando informações e (se possível) o acesso aos respectivos trabalhos (dado que o acesso aos currículos é garantido). Neste sentido, os resultados parciais apresentados dizem respeito mais ao contexto da disciplina dentre os programas situados na região sul. Cabe ressaltar também que estes 79 trabalhos compreendem 60 dissertações e 19 teses.

Tabela 3 – Universidade de doutoramento do orientador

Universidade	Casos	Percentual	Percentual Válido	Percentual acumulado
UFRGS	8	10,1	10,5	10,5
PUCRS	1	1,3	1,3	11,8
UFSC	3	3,8	3,9	15,8
USP	11	13,9	14,5	30,3
UNICAMP	12	15,2	15,8	46,1
IUPERJ/UCAM	15	19,0	19,7	65,8
UNESP/UNICAMP/PUCSP	1	1,3	1,3	67,1
UFRJ/EPI	1	1,3	1,3	68,4
PUCSP	1	1,3	1,3	69,7
UNB	3	3,8	3,9	73,7
La Sorbonne N. Paris III	3	3,8	3,9	77,6
École des Hautes Etudes Sciences Sociales de Paris	4	5,1	5,3	82,9
Institut d'Etudes Politiques de Paris	2	2,5	2,6	85,5
Florida State U. (EUA)	2	2,5	2,6	88,2
Université Paris 1 Pantheon Sorbone	1	1,3	1,3	89,5
UNIPAMPA	1	1,3	1,3	90,8
U. Pittsburgh	1	1,3	1,3	92,1
Johns Hopkins U. (EUA)	1	1,3	1,3	93,4
State U. of New York B.	1	1,3	1,3	94,7
Columbia U.	2	2,5	2,6	97,4
U. of Texas at Austin	2	2,5	2,6	100
Total	76	96,2	100	
Missing	3	3,8		
	79	100		

Fonte: Banco de dados SPSS – elaboração própria.

Mesmo estas análises preliminares já apontam claramente no sentido de ilustrar o papel dos programas mais consolidados (SP e RJ) de CP na formação dos quadros que estão atuando nos programas semiperiféricos e periféricos (ao menos da região sul) dado que um a cada dois trabalhos defendidos foram orientados por docentes formados pelos programas da USP, UNICAMP, ou IUPERJ/UCAM. fora deste eixo, a única instituição que se destaca enquanto

formadora dos quadros docentes que atuam nestes 13 programas é a própria UFRGS, que ocupa posição central na região sul.

Tabela 4 – Perfil discente: curso de graduação

Curso	Casos	Percentual	Percentual Válido	Percentual acumulado
Ciência Política	5	6,3	6,9	6,9
Ciências Sociais	21	26,6	29,2	36,1
Administração	4	5,1	5,6	41,7
História	6	7,6	8,3	50,0
Direito	11	13,9	15,3	65,3
Jornalismo	6	7,6	8,3	73,6
Rel. Internacionais	6	7,6	8,3	81,9
Letras	1	1,3	1,3	83,3
Psicologia	2	2,5	2,5	86,1
Ciências Militares	1	1,3	1,3	87,5
Serviço Social	1	1,3	1,3	88,9
Relações Públicas	1	1,3	1,3	90,3
Geografia	2	2,5	2,5	93,1
Economia	1	1,3	1,3	94,4
Filosofia	2	2,5	2,5	97,2
Educação Física	1	1,3	1,3	98,6
Pedagogia	1	1,3	1,3	100
Total	72	91,1	100	
Missing	7	8,9		
Total	79	100		

Fonte: Banco de dados SPSS – elaboração própria.

Com relação à formação educacional dos discentes, identifica-se um índice significativo de recrutamento endógeno dado que quase a metade dos discentes (44,4%) é originária dos cursos de graduação em Ciência Política, Ciências Sociais e em Relações Internacionais. Formando, assim um núcleo de alunos que chega aos programas de pós-graduação já com uma base disciplinar. À parte desta questão, se somarmos o percentual das cinco áreas mais importantes, identificamos que quatro a cada cinco discentes (81,9%) possui formação nas Ciências Sociais, Administração, História, Direito e Jornalismo, por exemplo. O restante dos discentes caracteriza-se por uma significativa heterogeneidade em termos de graduação de origem.

Tabela 5 – Perfil discente: profissão

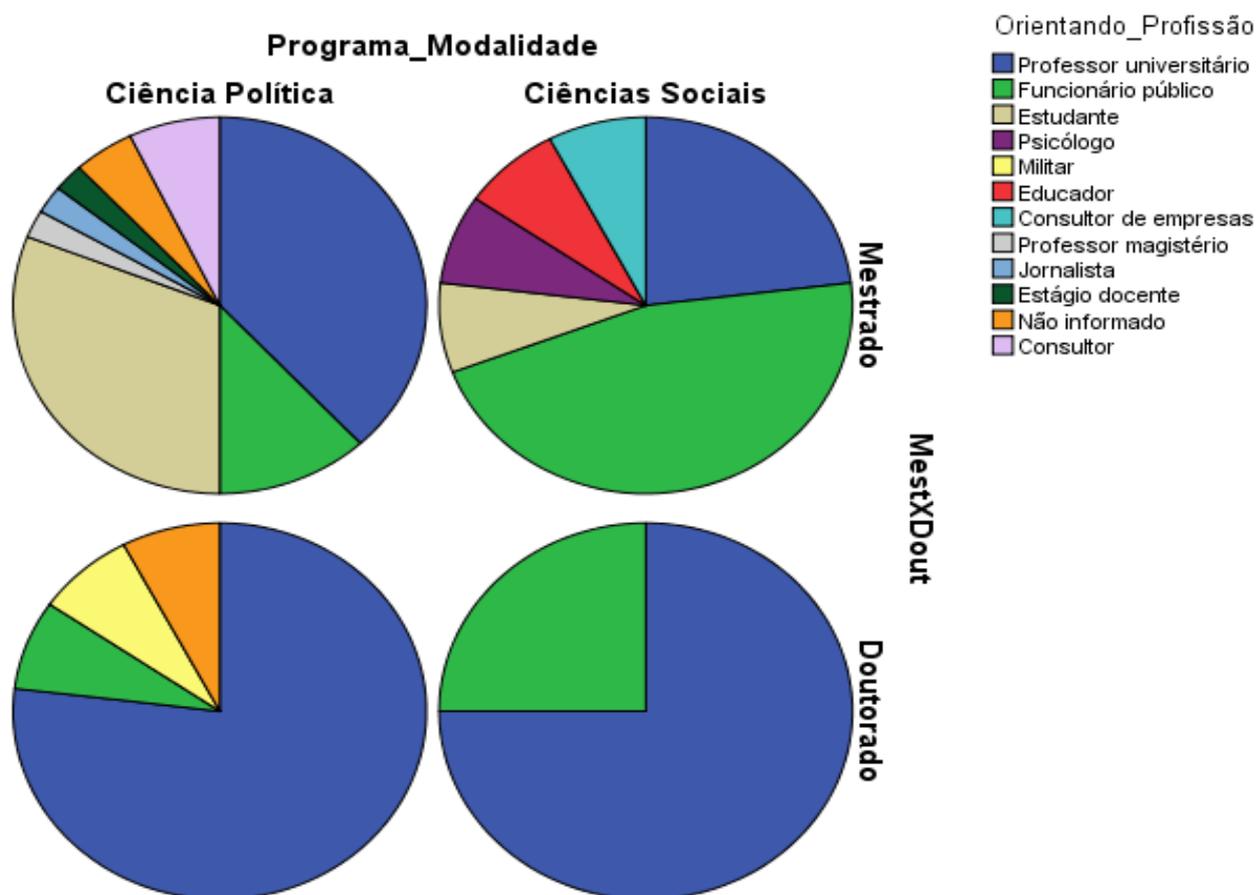
Profissão do orientando	Casos	Percentual	Percentual válido	Percentual acumulado
Professor universitário	32	40,5	43,8	43,8
Funcionário público	14	17,7	19,2	63,0
Estudante	14	17,7	19,2	82,2
Psicólogo	1	1,3	1,4	83,6
Militar	1	1,3	1,4	84,9
Educador	1	1,3	1,4	86,3
Consultor de empresas	1	1,3	1,4	87,7
Professor magistério	1	1,3	1,4	89,0
Jornalista	1	1,3	1,4	90,4
Estágio docente	1	1,3	1,4	91,8
Não informado	3	3,8	4,1	95,9
Consultor	3	3,8	4,1	100
Total	73	92,4	100	
Missing	6	7,6		
Total	79	100		

Fonte: Banco de dados SPSS – elaboração própria.

Se o perfil discente da área se caracteriza pela existência de uma homogeneidade não desprezível no que tange à formação de origem dos discentes, a homogeneidade identificada na atuação profissional dos mesmos é ainda mais evidente. Se somarmos os mestrados e doutorandos que atuam no ensino universitário aos alunos que se dedicam em tempo integral ao curso, identificamos que seis em cada 10 discentes se dedicam *full time* a atividades acadêmicas. Destaca-se também o percentual significativo de alunos que atuam no funcionalismo público. A se confirmar tal tendência, se corrobora papel atribuído à área de formação de quadros para a academia e para o serviço público.

Por fim, estes dados relativos à profissão dos discentes encontram-se desmembrados no gráfico abaixo por titulação e por curso de origem (CP, ou CS).

Gráfico 1 – Profissão dos discentes por grau de titulação e por origem de PPG



Este gráfico permite mapear com maior precisão o perfil discente por tipo de programa, assim como por titulação. No que diz respeito aos programas, identifica-se uma maior diferença no perfil de mestrados e uma homogeneidade digna de nota no perfil de doutorandos. Em uma primeira leitura, o dado que mais chama a atenção é a presença majoritária de professores universitários tanto nos doutorados de CS, quanto nos de CP. No que tange ao mestrado, a principal diferença é o predomínio dos funcionários públicos nos programas de CS enquanto que os mestrados em CP se caracterizam pela manutenção de um perfil majoritariamente acadêmico (alunos com dedicação integral e docentes).

Ao analisar o contexto da disciplina no México, na Argentina e no Chile, Olguín (2012), Bulcorf (2012) e Gatica (2012), respectivamente, identificam também nestes países o desafio da área no sentido de planejar e problematizar a formação que os discentes estão recebendo em nossos programas. Olguín (2012), por exemplo, afirma:

Esta tendencia se constituye en un serio problema, porque muchas veces, los estudiantes se sienten defraudados porque observan que no se les prepara justamente para incursionar para dichos campos mediáticos o administrativos, en tanto observan la inclinación que poseen los

programas escolares y quienes los imparten hacia la investigación o la própria docencia universitária. (Olguín, 2012, p. 37).

7. Resultados Esperados

Uma vez concluída a inserção dos dados referentes a 2011, a pesquisa dará prosseguimento a construção do mesmo a partir da incorporação dos dados referentes aos anos posteriores. A incorporação à análise de programas com os mais variados graus de consolidação (nota CAPES) e das mais diferentes regiões do país (sejam eles de Ciência Política, sejam de Ciências Sociais) é fundamental para o mapeamento do perfil de docentes e discentes da área. A partir da análise destes dados, pretende-se auxiliar na construção de iniciativas que visem a melhorar/sanar as dificuldades encontradas e fortalecer as potencialidades de cada programa.

Espera-se também contribuir para identificar potencialidades e limitações (SOARES, 2005) da disciplina como um todo, permitindo o mapeamento de tais potencialidades e limitações programa por programa. A partir deste mapeamento, pretende-se auxiliar na construção de propostas que visem ao fortalecimento da disciplina no Brasil.

8. Referências.

- ARAÚJO, Cícero, REIS, Bruno. A formação do pós-graduado em Ciência Política. In: MARTINS, Carlos B (Org.). **Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- BULCORF, Pablo A. El desarrollo de la Ciencia Política en Argentina. In: **Política**: revista de Ciencia Política. Volumen 50, número 1, 2012.
- BUQUET, Daniel. El desarrollo de La Ciencia Política en Uruguay. In: **Política**: revista de Ciencia Política. Volumen 50, número 1, 2012.
- CAPES, **Discussão da Pós-Graduação brasileira**. Brasília: CAPES, 1996.
- _____. Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010. Brasília: CAPES, 2004.
- _____. **Comunicado 001/2011** – Balanços e Perspectivas da Área: Ciência Política e Relações Internacionais. Brasília, outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4661-ciencia-politica-e-relacoes-internacionais>>. Acesso em: 09 maio 2012.
- _____. **Relatório de Avaliação Trienal 2007-2009** (Área de CP e RI). Brasília, 2010a. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/CI%C3%80NCIA-POL%C3%80DTICA-E-RI-RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-FINAL-dez10.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2012.

- _____. **Relatório de Avaliação Trienal 2007-2009**. (Área Sociologia). Brasília, 2010b. Disponível em: http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/Sociologia_Rel_Avaliacao_Final.pdf> Acesso em: 09 maio 2012.
- DURHAM, Eunice. A pós-graduação em Ciências Sociais. In MARTINS, Carlos B (Org.). **Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- GATICA, José V. La Ciencia Política en Chile: una carrera en expansión y transformación. In: **Política**: revista de Ciencia Política. Volumen 50, número 1, 2012.
- FAVRE, Pierre, LEGRAVE, Jean-baptiste (Orgs.) **Enseigner la Science Politieue**. Paris: L'Harmattan, 1998.
- MARTINS, Carlos B (Org.). **Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- MARTINS, Ricardo. **A Pós-Graduação no Brasil**: situação e perspectivas. Brasília:Núcleo de Estudos sobre o ensino Superior da Universidade de Brasília (Nesub), 1999.
- OLGUÍN, Víctor A. La Ciencia Política Mexicana. Reflexiones sobre su pasado, presente y porvenir. In: **Política**: revista de Ciencia Política. Volumen 50, número 1, 2012.
- SAMPAIO, Helena. **Ensino superior no Brasil**: o setor privado. SãoPaulo: Hucitec, 2000.
- SANTOS, Maria H. COUTINHO, Marcelo. Política Comparada: estado das artes e perspectivas no Brasil. **BIB**, n.54, 2000.
- SOARES, Glaucio A. D. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. In. MARTINS, Carlos B (Org.). **Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- SBPC. **Registro dos Debates da 57º Reunião Anual**: Ciência & Tecnologia e Desenvolvimento, Fortaleza, 2005. (Cadernos nº8). Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/site/arquivos/arquivo_174.pdf>. Acesso em: 09 maio 2012.
- TRIGUEIRO, Michelangelo (Org.). **A alavanca de Arquimedes**: ciência e tecnologia na virada do século. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- VELHO, Otávio. Processos sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais. In: TAVARES, Maria Hermínia (org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- VIANA, L. Wernek, CARVALHO, M. A. Resende de, MELO, M. P. Cunha. As Ciências Sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de pesquisa. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, n. 40, 1995.
- VIANA, Wernek et al.,. Doutores e teses em Ciências Sociais. **Dados**,v. 41, n.3, p.453-515, 1998.